

13/10/2009

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL.NOS EMB.DECL.NO HABEAS CORPUS 91.002 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
EMBTE. (S) : RÔMULO GONÇALVES
ADV. (A/S) : SERGIO DO REGO MACEDO
ADV. (A/S) : FERNANDO FRAGOSO
EMBDO. (A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
COATOR (A/S) (ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OBJETO. Os embargos declaratórios, que excepcionalmente podem ganhar efeito modificativo, visam à integração ou ao esclarecimento da decisão embargada.

CARTA ROGATÓRIA - ORIGEM. Há de emprestar-se aos artigos 225 e 229 do Regimento Interno do Supremo interpretação teleológica, presente a referência a autoridade judiciária, harmonizando-se o alcance com as regras dos artigos 784 do Código de Processo Penal e 12, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

CONFLITO DE LEIS NO TEMPO - TRATADO DE COOPERAÇÃO NO CAMPO PENAL - NORMAS INSTRUMENTAIS - APLICABILIDADE IMEDIATA. As normas instrumentais contidas em tratado têm, como as constantes dos códigos de processo em geral, aplicação imediata, regendo atos a serem praticados.

A C Ó R D ã O


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em dar provimento aos embargos de declaração nos embargos de declaração no



HC 91.002-ED-ED / RJ

habeas corpus, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Carlos Ayres Britto, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 13 de outubro de 2009.



MARCO AURÉLIO

-

RELATOR

13/10/2009

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL.NOS EMB.DECL.NO HABEAS CORPUS 91.002 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
EMBTE.(S) : RÔMULO GONÇALVES
ADV.(A/S) : SERGIO DO REGO MACEDO
ADV.(A/S) : FERNANDO FRAGOSO
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O paciente insurge-se, via embargos de declaração, contra o acórdão de folha 287 a 301, assim sintetizado (folha 300):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - PROCESSO PENAL - PRAZO. Consoante dispõe o artigo 337, § 1º, do Regimento Interno, o prazo para apresentação de embargos de declaração em processo penal é de cinco dias.

CARTA ROGATÓRIA - ÓRGÃO DE ORIGEM - LEGITIMIDADE. Cumpre perquirir a legitimidade para expedição de carta rogatória, em processo penal, considerados os artigos 784 do Código de Processo Penal e 12, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil, no que versam a expedição por autoridade estrangeira competente, não exigindo, até mesmo ante tratado de cooperação jurídica em matéria penal, que o órgão expedidor esteja integrado ao Judiciário.

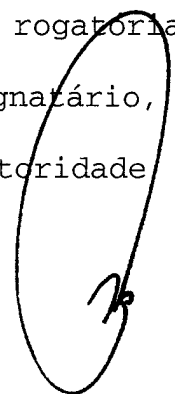
EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO. Uma vez constatada omissão, impõe-se o acolhimento do pedido formulado nos embargos declaratórios.

Na peça de folha 331 a 368, o embargante afirma que houve radical mudança de entendimento do Supremo e aponta omissão quanto ao princípio da anterioridade. Aduz que a carta rogatória em questão foi enviada ao Brasil em 28 de setembro de 2002, aludindo-se ao Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Suíça. Assevera não se

HC 91.002-ED-ED / RJ

aplicarem à espécie as regras do referido tratado, "pois a suspeita de crime de lavagem de dinheiro, ainda que confirmada, nunca resultaria na extradição de um brasileiro para a Suíça" (folha 340). Depois, ressalta que, à época da expedição da carta, complementada em fevereiro de 2003, não havia qualquer acordo entre os países que viabilizasse a cooperação solicitada, uma vez que o Tratado de Cooperação Brasil e Suíça só entrou em vigor em 13 de junho de 2006. Refere-se ao princípio da anterioridade, salientando ser o acórdão omissivo quanto ao tema.

Passa a discorrer sobre a legislação interna que estaria a amparar o acórdão reformado. Transcreve os artigos 211 e 212 do Código de Processo Civil, e 225 e 229 do Regimento Interno desta Corte. Lembra que me posicionei contra a aplicabilidade do artigo 619 do Código de Processo Penal à espécie, diante do que previsto no artigo 337, § 1º, do Regimento Interno, e questiona se, por analogia, também não prevaleceriam os artigos 225 e 229 do Regimento sobre o artigo 784 do Código de Processo Penal, confirmando a exigência de intervenção de autoridade judiciária na expedição de cartas rogatórias. Afirma ser este um ponto contraditório que estaria a merecer esclarecimento. Alega que, na legislação norte-americana, também se exige a intervenção de autoridade judiciária para a expedição de carta rogatória e passa a citar outros tratados nos quais o Brasil é signatário, a preverem que as rogatórias devem ser subscritas por autoridade judiciária,

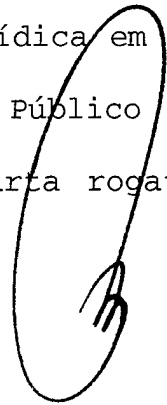


HC 91.002-ED-ED / RJ

mentionando, ainda, as normas expedidas pelo Ministério da Justiça que estariam a amparar o acórdão reformado.

Em passo seguinte, o embargante questiona qual o vício que, no acórdão que implicou o deferimento da ordem, autorizou o acolhimento dos declaratórios interpostos pelo Ministério Público, com a concessão de efeitos infringentes. Aduz que "a mera mudança de opinião do *parquet*, sem qualquer alteração nos dispositivos regentes da matéria, não pode obrigar o Supremo Tribunal Federal a reformar uma decisão perfeita e acabada, mormente pela estreita via dos Embargos Declaratórios" (folha 353). Insiste na ausência de omissão no julgado, a ensejar a reforma implementada, afirmando estarem preclusos os argumentos do Ministério Público Federal, no sentido de serem aplicáveis à controvérsia dispositivos outros que não o artigo 202 do Código de Processo Civil. Sustenta que a posição ora adotada pelo Supremo só pode ser aplicada a situações futuras e alude à impossibilidade de vir a reformar-se o julgado na via dos declaratórios.

O Ministério Público Federal apresentou a manifestação de folha 389 a 395, salientando a inexistência de omissão ou contradição a ser suprida. Assevera não haver falar-se em preclusão quanto à interpretação da legislação aplicável e que, de acordo com o princípio da especialidade, a cooperação jurídica em matéria penal tem disciplina própria, sendo o Ministério Público a autoridade estrangeira competente para a expedição da carta rogatória. Afirma

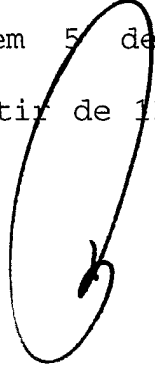


HC 91.002-ED-ED / RJ

que a data da vigência do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Suíça é irrelevante para a solução da controvérsia, uma vez que o tratado é um instrumento facilitador, não sendo essencial à viabilização da cooperação jurídica. Entende que o reconhecimento da legitimidade das autoridades estrangeiras competentes é essencial à preservação da reciprocidade e à inserção do Brasil no sistema internacional de cooperação jurídica em matéria penal.

Lancei visto no processo em 5 de outubro 2009, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 13 seguinte, isso objetivando a ciência do impetrante.

É o relatório.

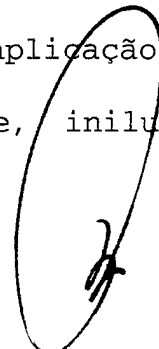


V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na interposição destes embargos, foram observados os pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita pelo impetrante do *habeas*, restou protocolada no prazo assinado em lei. Conheço.

O acórdão proferido é suficientemente explícito no que apontado pela Turma que, à época da formalização do pronunciamento embargado, não havia ocorrido o exame da espécie sob o ângulo de normas legais - artigos 784 do Código de Processo Penal e 12, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil. Mas, para que não parem dúvidas no espírito do paciente, presto esclarecimentos sobre o que veiculado nestes embargos, sem emprestar-lhes, no entanto, eficácia modificativa.

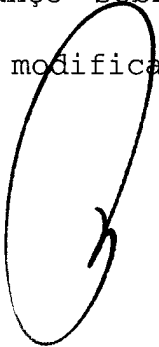
A mudança de orientação verificada fez-se ao mundo jurídico mediante aspectos não considerados anteriormente. Quanto à referência ao tratado de cooperação jurídica em matéria penal, improcede o alegado conflito de normas no tempo. Foi citado no acórdão como reforço à óptica alusiva à aplicação dos preceitos do Código de Processo Penal e da Lei de Introdução ao Código Civil. De qualquer forma, sob a origem da carta rogatória, no que expedida em data anterior à vigência do tratado, notem que a menção fez-se considerada norma instrumental. Esta tem aplicação imediata em relação a atos ainda a serem praticados e, iniludivelmente, o



HC 91.002-ED-ED / RJ

julgamento formalizado enquadra-se nessa espécie, como também a execução da carta rogatória.

Além disso, não há conflito entre o Regimento Interno do Supremo e as normas formais e materiais citadas. A alusão, nos artigos 225 e 229 do Regimento Interno, a carta expedida por autoridade judiciária deve ceder à interpretação teleológica, abandonando-se a simplesmente gramatical. Diz respeito à autoridade estrangeira que tenha a incumbência de expedir a carta rogatória. Em síntese, são esses os esclarecimentos que lanço sobre a matéria, refutando o pedido de empréstimo de eficácia modificativa. Provejo os declaratórios nesses termos.



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 91.002**

ORIGEM : HC - 41426 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

EMBTE.(S) : RÔMULO GONÇALVES

ADV.(A/S) : SERGIO DO REGO MACEDO

ADV.(A/S) : FERNANDO FRAGOSO

EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma deu provimento aos embargos de declaração nos embargos de declaração no **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. 1ª Turma, 13.10.2009.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Ricardo Dias Duarte.
Coordenador